



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

DEPARTAMENTO DE DIREITO

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E INSTITUIÇÕES
DO SISTEMA DE JUSTIÇA – PPGDIR**

PROJETO DE PUBLICAÇÃO DE LIVRO EM PRODUÇÃO COLETIVA

**PASSADO, PRESENTE E FUTURO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO: Livro**
comemorativo dos 50 anos da Associação do Ministério
Público do Estado do Maranhão - AMPEM

SÃO LUIS

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

DEPARTAMENTO DE DIREITO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE
JUSTIÇA – PPGDIR

PROJETO DE PUBLICAÇÃO DE LIVRO EM PRODUÇÃO COLETIVA

**PASSADO, PRESENTE E FUTURO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO:** Livro
comemorativo dos 50 anos da Associação do Ministério
Público do Estado do Maranhão - AMPEM

Projeto para organização e publicação de obra científica e acadêmica de autoria coletiva e temática multidisciplinar, para registrar data comemorativa aos 50 anos da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão – AMPEM, por meio de produção científica interinstitucional, abordando o passado, presente e o futuro do Ministério Público brasileiro: livro comemorativo dos 50 anos da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão - AMPEM, sob a coordenação e organização dos Promotores de Justiça e Professores Doutores Claudio Alberto Gabriel Guimarães, Marcia Haydée Porto de Carvalho e Cassius Guimarães Chai através do Grupo de Pesquisa e Extensão em Ciências Criminais – NUPECC/UFMA do Programa de Pós-graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça – PPGDIR/UFMA.

SÃO LUÍS

2020

PROJETO DO LIVRO

I. DADOS INICIAIS:

Nome do Livro: “PASSADO, PRESENTE E FUTURO DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO: livro comemorativo dos 50 anos da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão - AMPEM”

Organização: Prof. Dr. Claudio Alberto Gabriel Guimarães, Profa. Dra. Marcia Haydée Porto de Carvalho e Prof. Dr. Cassius Guimarães Chai.

Unidade Proponente: Grupo de Pesquisa e Extensão em Ciências Criminas – NUPECC/UFMA – DEPARTAMENTO DE DIREITO – DEDIR/UFMA.

Data de Entrega dos artigos: envio até 15/10/2020.

Número de Páginas: 15 a 25 laudas por artigo (com bibliografia).

Realização do Convite: Programa de Pós-graduação em Direito e Instituição do Sistema de Justiça – PPGDIR/ DEDIR/UFMA

TEMA: O PASSADO, PRESENTE E FUTURO DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO: livro comemorativo dos 50 anos da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão - AMPEM.

II. APRESENTAÇÃO

A obra científica e acadêmica “**O PASSADO, PRESENTE E FUTURO DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO:** livro comemorativo dos 50 anos da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão - AMPEM.” nasce em alusão a data comemorativa dos 50 anos da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão – AMPEM, visando ressaltar o papel do Ministério Público como instituição resolutiva e propulsora do desenvolvimento social, humano e da esfera pública, em perspectiva interdisciplinar.

A obra busca enfatizar o debate sobre o passado, presente e futuro do órgão ministerial público no Brasil, oportunizando a seus membros e interlocutores da área jurídica um debate científico e especializado sobre o balanço, perspectiva, relevância e o enfrentamento do Ministério Público brasileiro na sua atuação especializada.

O projeto organizado e coordenado por três promotores de justiça, doutores, pesquisadores e professores do Programa de Pós-graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão – PPGDIR/UFMA, consagra a cooperação técnica existente entre o PPDIR/UFMA e a AMPEM, compreendendo a necessidade de reflexão científico-acadêmica sobre o Ministério Público brasileiro, seus limites e perspectivas.

Nesse sentido, o Grupo de Pesquisa e Extensão em Ciências Criminas – NUPECC/UFMA (DGP/CNPq) vinculado ao Departamento de Direito da Universidade Federal do Maranhão – DEDIR/UFMA, articulado no Programa de Pós-graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça – PPGDIR, reconhecendo a importância do debate científico-acadêmico no âmbito da comunidade especializada, tendo

em vista a concretização dos direitos e a alusiva comemoração a data do Ministério Público, empreendem o esforço de articulação e produção da referida obra.

Assim, ao reconhecer a relevância do Ministério Público para a efetivação da justiça e defesa dos direitos na construção de uma sociedade democrática e de um Estado de Direito, ressaltam, portanto, a justa homenagem ao Ministério Público e a todos os seus membros.

III. EIXOS TEMÁTICOS DA OBRA A SER PUBLICADA

A obra “**PASSADO, PRESENTE E FUTURO DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO**: livro comemorativo aos 50 anos da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão - AMPEM” será dividida em 6 (seis) eixos temáticos aos quais os autores devem direcionar seus escritos para publicação:

1. O Ministério Público e os desafios do constitucionalismo moderno;
2. O Ministério Público e as novas perspectivas do processo brasileiro;
3. As novas perspectivas para um Ministério Público resolutivo;
4. O papel do Ministério Público nos meios alternativos para a solução de conflitos;
5. O Ministério Público e os desafios de combate à violência contra a mulher;
6. O Ministério Público e o combate à corrupção.

IV. ORGANIZAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA OBRA

Para a construção do texto, serão envolvidos, professores e pesquisadores do Programa e interlocutores acadêmicos para colaborar com o processo de avaliação dos artigos propostos. A obra será organizada, sistematizada e avaliada utilizando os critérios dos estudos e proposições do Grupo de Trabalho “Qualis Livro”, criado pela Capes com o objetivo de aprimoramento dos critérios de classificação de livros. O núcleo de organização, sistematização e avaliação será coordenado por seus organizadores:

1. **Prof. Dr. Cláudio Alberto Gabriel Guimarães** - Possui Graduação em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (1991), Especialização em Direito, Estado e Sociedade pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999), Especialização em Magistério Superior pelo Centro Universitário do Maranhão - UNICEUMA (2000), Mestrado em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco (2001), Mestrado em Gestão de Segurança pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna - ISCPSI (2020), Doutorado em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco (2004), Doutorado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006) e Pós-Doutorando pela Universidade de Lisboa com área de estudos em Teoria da Pena. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão, Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão, Professor Pesquisador da Universidade Ceuma - UNICEUMA, da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão e Promotor de Justiça do Estado do Maranhão. Pesquisador do CNPq e FAPEMA. Tem experiência na área de Direito,

com ênfase em Direito Penal, atuando principalmente nos seguintes temas: Teoria do Crime, Teoria da Pena, Teoria Geral do Controle Social, Criminologia e Metodologia da Pesquisa no Direito

2. **Profa. Dra. Márcia Haydée Porto de Carvalho** – Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão -UFMA (1997), graduação em Direito pela UFMA (1993), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001) e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005) e Especialização em Altos Estudos de Política e Estratégia pela Escola Superior de Guerra. Atualmente exerce o cargo de Professor Associado I da UFMA, lecionando na graduação em Direito e no Mestrado em Direito e Instituições do Sistema de Justiça, professora pesquisadora em Direito do Centro Universitário do Maranhão e promotora de justiça no Maranhão, titular da 6ª Promotoria de Justiça Especializada- 2º Promotor de Justiça Militar do termo judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís/MA. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, trabalhando principalmente com os seguintes temas: Instituições dos Sistemas de Justiça, Hermenêutica Constitucional, Controle de Constitucionalidade e Direitos Fundamentais. Em 2019 foi admitida como investigadora no Centro de Estudios Políticos y Constitucionales (Madrid/Espanha).

3. **Prof. Dr. Cassius Guimarães Chai** - Diplomado pela Escola Superior de Guerra: Curso Superior de Defesa e Curso de Política e Estratégia, 2019. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (1994), com especialização em Direito e Sociedade pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999), mestrado em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001) e doutorado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e pela Cardozo School of Law - Yeshiva University (2006); Visiting Law Professor The Normal University of Political Science and Law of Beijing e de Shanghai; Visiting Researcher and Lecturer Chinese Academy of Social Sciences - International Institute of Law. Visiting Research Scholar Cardozo School of Law, 2003. Estudos Doutorais e de pós.doutorado em Derecho Administrativo de la Sociedad del Conocimiento - Universidad de Salamanca, 2007 a 2010; Estudos pós.doutorais e Visiting Professor, guest of Legal Department of Central European University - Hu, 2007; estudos extraordinários European University Institute - ITA, 2010; estudos na The Hague Academy of International Law - Haia, 2011; Professor Titular da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMPMA); Professor Associado da Universidade Federal do Maranhão, Curso de Graduação em Direito, área Direito Público, e titular do programa de pós-graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça; Membro-professor da International Association of Constitutional Law; Membro da ESIL - European Society of International Law; Membro da International Association of Political Science e da Association Française de Science Politique; Participante do Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral e Administrativa; Promotor de Justiça do Ministério Público do Maranhão - concurso de 1995; e, membro da International Association of Prosecutors, 2003. Tem experiência na área de Direito e das Ciências Políticas, com ênfase em Direito Público: Direito Constitucional, Direito Internacional, Direito Administrativo, Direito de Família e Teoria do Direito e da Constituição, atuando principalmente nos seguintes temas: controle da administração pública, papel socioinstitucional do Ministério Público e políticas públicas; controle de constitucionalidade e processo constitucional; relações e direitos familiares;

serviços públicos; Sistemas Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos, Combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas; Justiça Global e Prevenção ao Crime: Contra-terrorismo; Criminalidade Organizada e Corrupção.

V. CRONOGRAMA DE PRODUÇÃO (2020-2021):

| ATIVIDADE | 01-15 JUL | 16-31 JUL | 01-15 AGO | 16-31 AGO | 01-15 SET | 16-30 SET | 01-15 OUT | 16-30 NOV |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Organização do Projeto | | | | | | | | |
| Convites e chamada de artigos | | | | | | | | |
| Recebimento dos artigos | | | | | | | | |
| Revisão dos Artigos | | | | | | | | |
| Edição e Organização do Livro | | | | | | | | |
| Registro do ISBN do Livro | | | | | | | | |
| Entrega do Livro em formato e-book e arquivo para impressão em gráfica | | | | | | | | |

VI. PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DE ARTIGOS

A critério da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão - AMPEM serão expedidos convites e chamada de artigos para que sejam apresentados artigos científicos relativos aos eixos temáticos definidos para a obra em questão. Os eixos foram propostos pela AMPEM em diálogo com os organizadores, de forma a valorizar a diversidade de enfoques e abordagens de maneira a se obter um quadro plural de artigos sobre o PRESENTE, PASSADO E FUTURO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, com a admissão e revisão de textos inéditos dos autores, fruto de estudos e pesquisas. Os artigos devem ser enviados para o email do projeto de produção coletiva (ampem50anos@gmail.com), juntamente com o termo de autoria e a autorização para a publicação do texto.

VII. CUSTEIO DA PUBLICAÇÃO

O custeio da publicação ficará a cargo da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão - AMPEM, sendo certo que, a produção terá caráter acadêmico e sua publicação será pela Editora da Universidade Federal do Maranhão (EDUFMA) no âmbito do Termo de Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Programa de Pós-graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça e a Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão - AMPEM.

VIII. ORIENTAÇÃO AOS AUTORES

7.1 ARTIGOS

Os artigos enviados aos organizadores são textos científicos inéditos, redigidos conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, NBR 6022/2018 e no sistema autor/data.

7.1.1 Editorial

Refere-se a artigos enviados mediante convite dos organizadores ou mediante chamada pública de artigos. São convidados os especialistas de notoriedade nas áreas em questão.

7.1.2 Artigo - Original

Estudos e pesquisas submetidos à publicação espontaneamente pelos autores. Os artigos originais deverão conter, preferencialmente, Introdução, Objetivo, Métodos, Resultados, Discussão, Conclusão e Referências, Resumo e *Abstract*. Texto no máximo de 3000 palavras, excluindo-se tabelas, referências, resumo e *abstract*. O número de referências não deve exceder a 30, limitando-se a 5 figuras ou partes de figuras e 5 tabelas (imagens em tons de cinza).

7.1.3 Artigo de Revisão

Avaliações críticas e ordenadas da doutrina, legislação ou jurisprudência em relação a um tema específico e aderência ao eixo temático direcionado. Os artigos de revisão devem limitar-se a 3000 palavras, excluindo referências e tabelas e o máximo de 6 figuras ou parte de figuras (sendo elas em tons de cinza). As referências deverão ser atuais, preferencialmente publicadas nos últimos cinco anos, e em número máximo de 40 citações.

7.1.4 Estudo de Caso

Descrição de situações singulares, especialmente descritas, assim como casos de relevância jurídica ou política para a temática do eixo direcionado. O texto é composto por Introdução, que situa o leitor em relação à importância do assunto e apresenta os objetivos da apresentação do(s) caso(s) em questão; Relato e Discussão, na qual são abordados os aspectos relevantes e comparados à literatura. O número de palavras deve ter no máximo 1000, excluindo-se referências e tabelas. O número máximo de referências é 10. Recomenda-se a inclusão de, no máximo, 8 figuras ou partes de figuras (sendo elas em tons de cinza). O corpo do artigo deve conter: Introdução, Relato do Caso, Discussão e Referências.

7.1.5 Ideias e Experiências Inovadoras

Pequenas experiências que tenham caráter de originalidade, não ultrapassando 1000 palavras, 10 referências e 8 figuras ou parte de figuras (sendo elas em tons de cinza). O corpo do artigo deve conter: Introdução, Métodos, Resultado, Discussão, Conclusão e Referências.

7.1.6 Artigo Especial

Artigos não classificáveis nas categorias anteriormente descritas, os quais os organizadores julguem de especial relevância para a especialidade. Sua revisão admite critérios próprios, não havendo limite de extensão ou restrições quanto ao número de referências.

7.1.7 Idioma

Devem ser redigidos em português, Inglês ou Espanhol. Eles devem obedecer à ortografia vigente, empregando linguagem fácil e precisa e evitando-se a informalidade da linguagem coloquial.

7.1.8 Direitos Autorais

Os autores dos manuscritos deverão encaminhar, previamente à publicação, a declaração de autorização para a publicação do artigo na obra “**PASSADO, PRESENTE E FUTURO DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO**: livro comemorativo aos 50 anos da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão - AMPEM”, conforme modelo em Anexo.

7.1.9 Critérios de Autoria

Sugerimos que os artigos sejam apenas daquelas pessoas que contribuíram diretamente para o conteúdo intelectual do trabalho, listadas como autores.

Os autores devem satisfazer os seguintes critérios, de forma a poderem ter responsabilidade pública pelo conteúdo do trabalho:

1. ter concebido e planejado as atividades que levaram ao trabalho ou interpretado os resultados a que ele chegou, ou ambos;
2. ter escrito o trabalho ou revisado as versões sucessivas e tomado parte no processo de revisão;
3. ter aprovado a versão final.

7.2 COMO PREPARAR O MANUSCRITO

A obra “**PASSADO, PRESENTE E FUTURO DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO**: livro comemorativo aos 50 anos da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão - AMPEM” obedece às seguintes instruções para publicação.

7.2.1 Primeira página - Identificação

Deve conter o título do trabalho de maneira concisa e descritiva, em português, o nome completo dos autores e respectivas afiliações (nome da instituição, cidade, estado e país) em que o trabalho foi elaborado. A seguir, nome do autor correspondente, juntamente com o seu endereço, telefone, fax e endereço eletrônico. Indicar a fontes de financiamento, se for o caso.

O número máximo de autores estabelecido para um artigo original é quatro, as demais categorias de artigos poderão apresentar até três autores. Artigos com maior número de autores deverão vir acompanhados de declaração que explicita a participação de cada coautor no desenvolvimento do trabalho.

7.2.2 Segunda página - Resumo e *Abstract* (apenas para as categorias de artigo original, artigo especial, artigo de revisão e estudo de caso)

O resumo dos artigos originais deve conter: Introdução, Método, Resultados e Conclusões. A elaboração deve permitir compreensão sem acesso ao texto. Da mesma forma, deve ser preparado o *Abstract* que represente uma versão literal do Resumo, seguindo a mesma estrutura: *Introduction, Method, Results* e *Conclusions*. Artigos de revisão e estudo de caso também devem apresentar resumo e *abstract*, os quais não precisam obedecer à estruturação proposta acima. O resumo e o *abstract* não devem exceder 250 palavras.

Nesta mesma página, especificar, no mínimo, cinco e, no máximo, dez descritores (*keywords*), que definam o assunto do trabalho.

7.2.3 Preparo do Manuscrito

Os artigos serão divididos em conformidade à categoria a que pertence. As Referências devem ser citadas numericamente, por ordem de aparecimento no texto, sob a forma de potenciação.

7.2.4 Introdução

Deve conter o propósito do artigo e sintetizar a lógica do estudo. Deve estabelecer as premissas teóricas que levaram os autores à curiosidade do tema. Deve determinar porque o assunto deve ser estudado, esclarecendo falhas ou incongruências na literatura e/ou dificuldades na prática jurídica ou política relativa a proteção dos direitos humanos e segurança que tornam o trabalho interessante ao especialista.

7.2.5 Objetivo

Deve descrever a finalidade do trabalho de forma clara e objetiva em 1 parágrafo.

7.2.6 Método

Descreve claramente a seleção de elementos de observação e os procedimentos. Quando pertinente, devem ser incluídos critérios de inclusão e exclusão no estudo. Esta seção deve fornecer detalhes suficientes que permitam sua reprodução e utilização em outros trabalhos. Métodos aplicados já publicados, mas pouco conhecidos, devem vir acompanhados de referência bibliográfica; novas técnicas devem ser descritas detalhadamente. Da mesma forma, período e local de estudo, métodos estatísticos e eventuais programas de computação devem ser descritos.

7.2.7 Resultados

Devem ser apresentados em sequência lógica no texto, tabelas e ilustrações. As informações contidas em tabelas ou figuras não devem ser repetidas no texto.

7.2.8 Discussão

Nesta seção, espera-se que o autor demonstre conhecimento pessoal e senso crítico em relação ao seu trabalho, cotejando os resultados obtidos com os disponíveis na literatura. Os comentários devem ser relacionados a abrangência, posicionamento e correlação do estudo com outros da literatura, bem como incluir limitações e perspectivas futuras.

7.2.9 Conclusões

Devem ser concisas e responder apenas aos objetivos propostos.

7.2.10 Agradecimentos

Se desejados, devem ser apresentados ao final do texto, mencionando-se os nomes de pessoas que contribuíram, intelectual ou tecnicamente, em alguma fase do trabalho, mas não preencheram os requisitos para autoria, bem como, às agências de fomento que subsidiaram as pesquisas que resultaram no artigo publicado.

7.2.11 Referências

As referências devem ser citadas quando de fato consultadas, em algarismos arábicos em forma de potenciação e numeradas por ordem de citação no texto. Devem ser citados todos os autores, quando até seis; acima deste número, citam-se os seis primeiros seguidos de *et al.*

AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGO

Eu, _____, nacionalidade, portador da Cédula de Identidade nº _____, **órgão expedidor**, CPF nº _____, **Profissão** _____, residente na _____, nº _____, _____, **CEP** _____-_____, autorizo a publicação do artigo intitulado _____ na obra coletiva

“PASSADO, PRESENTE E FUTURO DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO: livro comemorativo dos 50 anos da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão - AMPEM”, organizada pelos Promotores de Justiça e Professores Dr. Claudio Alberto Gabriel Guimarães, Dra. Marcia Haydée Porto de Carvalho e Dr. Cassius Guimarães Chai, a ser publicado pela Editora da Universidade Federal do Maranhão, em suporte eletrônico e em meio impresso.

Declaro ainda que:

1. o artigo é original, não foi publicado em outro periódico nacional ou internacional, quer seja em parte ou em sua totalidade;
2. estou ciente dos itens presentes na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Direitos autorais), e que as informações contidas no trabalho são de minha inteira responsabilidade;
3. estou ciente de que não receberei qualquer tipo de remuneração pela divulgação do referido trabalho.

São Luís, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do autor